

GLOBALIZAÇÃO: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COERÊNCIA NO PLANEJAMENTO AMBIENTAL DA UNIÃO EUROPEIA

GLOBALIZATION: APPLICATION THE PRINCIPLE OF COHERENCE IN ENVIRONMENTAL PLANNING OF THE EUROPEAN UNION

Alexandre Augusto Fernandes Meira¹

Jeferson Sousa Oliveira²

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar a necessidade de adoção de medidas ambientalmente sustentáveis na União Europeia, almejando a resguardar este bem essencial à vida humana no planeta. Assim, busca-se contribuir com as discussões sobre o tema, abordando a necessidade de incentivar a proteção ambiental supranacionalmente, de modo a garantir a preservar o meio ambiente em todos os países integrantes do bloco econômico. Utiliza-se o método hipotético-dedutivo, valendo-se de estudos bibliográficos sobre o tema proposto. Desta forma, verificou-se que a aplicação do princípio da coerência dentro do planejamento ambiental da União Europeia, corrobora as alterações nos padrões de produção e de consumo, visa, em essência, buscar o desenvolvimento sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais.

Palavras-chave: Globalização, Direitos Humanos, União Europeia, Meio Ambiente, Coerência.

Abstract

The present work aims to analyze the need to adopt environmentally sustainable measures in the European Union, aiming to safeguard this essential good for human life on the planet. Thus, we seek to contribute to the discussions about the theme, addressing the need to encourage environmental protection supranationally, in order to ensure the preservation of the environment in all the countries that are part of the economic bloc. The hypothetical-deductive method is used, using bibliographical studies on the proposed theme. In this way, it was verified that the application of the principle of coherence within the European Union's environmental planning, corroborates the changes in the patterns of production and consumption, aims, in essence, to seek sustainable development, using rationally natural resources.

Keywords: Globalization, Human Rights, European Union, Environment, Coherence.

¹ Alemgaya@hotmail.com; Universidade Nove de Julho; Mestrando em Direito pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE, com especialização em Direito Administrativo e Constitucional pela Universidade Amparense – UNIFIA. Bolsista pesquisador da CAPES.

² Jeferson@joliveiraadv.com.br; Universidade Nove de Julho; Advogado, mestrando em Direito pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE e especialista em Direito Tributário pelo Complexo Educacional das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU.

INTRODUÇÃO

A evolução dos meios de transporte e comunicação permitiu a humanidade iniciar um movimento de integração entre diferentes povos, o qual vem se intensificando ao decorrer dos séculos.

Tal movimento, denominado globalização, propiciou um rápido desenvolvimento comercial pelo mundo, o que acabou implicando em sérias consequências ambientais suportadas por diversos Estados e por toda a humanidade.

Desta forma, a fim de salvaguardar este bem essencial ao equilíbrio da vida no planeta, muitos países passaram a prever em seus ordenamentos, meios de reduzir a degradação gerada pelo exercício das atividades econômicas, estabelecendo o que se tem por desenvolvimento sustentável.

Com a crescente integração econômica, política e social, houve o surgimento de blocos econômicos, dos quais se destaca a União Europeia. Este bloco instituiu um novo modelo de interligação entre governos, estabelecendo políticas supranacionais que devem ser observadas por todos aqueles que o integram.

A União Europeia é caracterizada como uma associação econômica e monetária concebida nos anos 50, por meio de uma estrutura de políticas públicas cuja elaboração adoção e aplicação, paulatinamente, foram transferidas a instituições supranacionais – sem qualquer decréscimo em sua Soberania, pela Teoria Voluntarista do Estado – com a visão de um processo de integração regional construído de forma gradual pela associação dos Estados que a integram.

Assim, houve a inclusão da proteção ambiental, no intuito de evitar a degradação desnecessária dos recursos naturais, nas diversas políticas decididas pelas instituições comunitárias, conforme asseveram medidas adotadas no seio da União Europeia, a fim de tornar a sociedade cada vez mais sustentável.

Destarte, visa-se contribuir com as discussões sobre o tema, abordando a necessidade de incentivar a proteção ambiental a partir de políticas estatais, tomando por base o planejamento da União Europeia. Para tanto, utiliza-se o método hipotético-dedutivo, valendo-se de estudos bibliográficos e pesquisa focada no Livro Branco sobre Governança e Sexto Programa em Ação do Meio Ambiente.

1. A GLOBALIZAÇÃO E SEUS DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Ao decorrer das últimas décadas, a humanidade tem testemunhado o a rápida evolução da tecnologia, propiciando uma expansão nunca antes vislumbrada das comunicações, transporte, relações financeiras e atividades comerciais. A este fenômeno denominou-se modernamente de globalização.

Embora haja divergência quanto ao seu correto início, sabe-se que o processo de integração entre Estados, embora de modo muito mais vagaroso, acompanhou ainda na idade antiga, o desejo humano de ampliação de lucros e domínio de novas terras.

Atualmente, mesmo ainda existido fronteiras físicas entre os diversos países, pode-se falar no desaparecimento das barreiras comerciais, políticas e culturais, haja vista o surgimento de blocos econômicos, organizações internacionais, redes sócias, entre outros.

Como bem destaca Michael M. Weinstein (2005), com o advento da globalização e o aumento das relações comerciais pelo mundo, o exercício da atividade econômica passou a se pautar na transferência de capital, bens e mão-de-obra.

Embora este processo de integração agrade alguns e outros não, é inegável que todos estão submetidos a ele. Isso ocorre devido à perda de controle da humanidade sobre os caminhos que a globalização tem tomado. (BAUMAN, 1999)

Entretanto, há aqueles que têm que se beneficiado dos rumos que a economia vem tomando. A fim de explorar novos mercados, diversas companhias passaram a exercer suas atividades econômicas também em Estados estrangeiros.

A forte integração estatal fez surgir blocos econômicos, a fim de favorecer as relações comerciais entre seus países integrantes. Consequentemente, muitas empresas tiveram maior facilidade para se internacionalizar.

Não almejando apenas lucro, as companhias buscavam também influencia política e favorecimento financeiro, o que acabou por ensejar uma forte mitigação de direitos sociais em vários Estados, em prol do suposto desenvolvimento trazido pelas grandes companhias.

Um dos direitos intrínsecos à humanidade que mais sofreram com o processo de globalização, foi a garantia de um meio ambiente saudável para as presentes e futuras gerações.

Proteger o meio ambiente é um requisito básico para a dignidade do ser humano. Desde a Conferência de Estocolmo, realizada em meados de 1972, tida como um marco no desenvolvimento da proteção ambiental no mundo, passando pelo Relatório Brundtland, e pelas demais conferências e diplomas normativos que surgiram posteriormente, questionou-se sobre a necessidade de proteção do meio ambiente como bem essencial à vida no planeta.

Ocorre que com a evolução do capitalismo, passou-se a preservar o desenvolvimento econômico sem se preocupar com o meio ambiente, fato este que veio mudando ao longo dos anos.

“Os seres humanos, na intenção de acumular e circular capital divorciaram a relação da sua existência com o meio ambiente. Esse comportamento degradador do homem sobre a natureza gerou e gera impactos catastróficos no âmbito planetário, instalando-se a crise ambiental globalizada.” (GUIMARÃES e SANTOS, 2017, p. 47)

Embora o sistema capitalista tenha se mostrado o mais adequado para atender os anseios humanos (TAVARES, 2011), a riqueza não é um fim em si mesmo, mas apenas um meio para se alcançar algo maior (SEN, 2010), a existência digna.

Com o maior acesso às informações, muitas companhias pelo mundo têm mudado sua cultura empresarial, deixando de levar em consideração apenas as determinações de seus investidores, lutando por lucro, e passando a ouvir também seus funcionários e clientes, os quais possuem cada vez mais força na sociedade consumista moderna.

Possuir má reputação perante a sociedade faz com que a companhia perca espaço no cenário concorrencial. Com intuito de se contrapor à indesejada imagem socialmente negativa, muitas empresas costumam adotar programas sustentáveis, os quais são usados como instrumento de propaganda. É o chamado “marketing social” (CUNHA e DOMINGOS, 2011, p. 152-153).

O Estado, por seu turno, também passou a preocupar-se com a qualidade ambiental em seu território, pois garantir o bem-estar social é a principal finalidade estatal. Tal proteção se deu a partir do surgimento de disposições normativas no ordenamento jurídico pátrio, visando direcionar o exercício da atividade econômica, para que está não degrade o meio ambiente de modo severo.

Com a inclusão dos Estados em blocos econômicos, essa diretriz protetiva passou a integrar um núcleo relevante, o qual não pode ser deixado de lado. Nessa linha, a União Europeia estabeleceu um regime protecionista interno do bloco a ser seguido pelos países-membros, com o intuito de construir uma Europa ambientalmente saudável.

Não se pode olvidar que cada vez mais os danos à natureza possuem maior impacto, o que reflete na vida de todos os seres vivos. Logo, os Estados não podem negligenciar no seu dever de proteger a dignidade humana por meio da preservação ambiental.

2. PLANEJAMENTO AMBIENTAL NA UNIÃO EUROPÉIA

Acredita-se na feitura de um ordenamento jurídico voltado para ações concernentes a proteção ambiental, a fim de ocupar espaço diferenciado na agenda de discussões do processo comunitário, de forma a gozar – tanto União Europeia, quanto os Estados-membros – a potestade em se legislar sobre matéria ambiental (DIZ, 2012). Mais do que isso, importa a confrontação dos líderes políticos ao verdadeiro paradoxo.

Por um lado os europeus esperam ansiosamente encontrar soluções para os grandes problemas ambientais; de outra feita, estes mesmos cidadãos nutrem cada vez menos confiança nas instituições, em se mostrando total desinteresse a estes assuntos, por falta de planejamento efetivo nos objetivos traçados.

Todavia, faz-se necessário mencionar que os cidadãos esperam que a União seja a primeira a aproveitar a vicissitude do Planejamento do Meio Ambiente, na seara do desenvolvimento econômico sustentável, bem como dar respostas aos desafios ambientais.

Portanto as instituições democráticas e os representantes do povo, em níveis nacionais e europeu, podem e devem religar a Europa aos seus cidadãos, em se partindo da política de tratativas mais eficazes e pertinentes, onde os Estados-Membros dão prioridade ao tratamento ecológico onde se desenvolvem os danos ambientais.

As reformas ambientais propostas só terão êxito se a União Europeia novamente reacender a chama original dos princípios da boa governança (abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência). Seguir tais princípios é fundamental para a

instauração de uma governança cada vez mais democrática e eficiente na solução de impasses ambientais.

A governança, pautada nos pilares democracia e do Estado de direito, aplicando-se a todos os níveis governamentais, inclusive em se verificando nos programas de proteção ao Meio Ambiente, será um fatos significativo para a adoção de um novo modelo de planejamento ambiental europeu.

A presente discussão ganha um contorno especial ao se permitir uma melhor aplicabilidade dos princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade, no que se refere, por exemplo, na importância consagrada no Livro Branco, quanto à utilização da combinação correta dos instrumentos capazes de executar as políticas ambientais adequadas para cada ação, em proporção aos referidos instrumentos e os objetivos perseguidos.

Assim, antes de lançar uma iniciativa, deve-se verificar sistematicamente: se é realmente necessária uma ação pública; se o patamar europeu se afigura o mais adequado e, finalmente; se as medidas escolhidas, com efetividade, são proporcionais aos objetivos propostos.

Mostra-se, sobretudo, uma questão acertada de política ambiental, em sendo uma agência comunitária e, como tal, trata-se de um organismo europeu, diferentemente das instituições comunitárias como o Conselho, o Parlamento Europeu, a Comissão e, por derradeiro, a acepção do termo “agência”.

Refere-se na sua generalidade para alguns organismos europeus, em se suscitando uma certa confusão, uma vez que muitos deles são nomeados como: Centro, Fundação, Agência, Instituto, entre outros.

Estes apontamentos são esclarecidos segundo o Livro Branco de Governança Europeia, o qual dispõe que as agências existentes e previstas são caracterizadas pela ausência de um marco referencial ao que se ajustariam cada uma, segundo suas próprias necessidades hodiernas.

Veza que a adaptação suprema da boa governança, decide-se pela criação de cada agência motivada pela necessidade de responder às circunstâncias particulares do tema ambiental. A Agência Europeia do Meio Ambiente (AEMA), não foge a esta regra, desenvolvendo o seu mister, com qualidade e contribuindo para o desempenho, com papel essencial na elaboração de políticas de meio ambiente na Europa.

3. O PRINCÍPIO DA COERÊNCIA INSERIDO NA AÇÃO AMBIENTAL EUROPEIA

Com efeito, fixaram-se as prioridades globais da AEMA, as quais coincidem principalmente com as da agenda governamental do Sexto Programa de Ação da Comunidade Europeia em matéria do Meio Ambiente, vez que o programa enfatiza em fundamentar a política ambiental dentro de uma sólida base de conhecimentos aquilatados.

Deste modo, o objetivo passa a ser cristalino na verificação das premissas preconizadas no Sexto Programa de Ação da Comunidade Europeia em matéria do Meio Ambiente e sua efetividade na implementação, em total consonância com o princípio da coerência das medidas de governança.

Nota-se que o objetivo geral a ser alcançado por meio do planejamento e concretização das regras acordadas, no espectro do princípio da subsidiariedade, é a proteção da biodiversidade, do solo e da qualidade da água.

Seja na interpretação ou na aplicação dos mecanismos legais competentes, é fato que a atual estrutura deixa margem a passar do remedeio à prevenção da degradação ambiental.

Por consequência deste cenário, verifica-se pelos índices colhidos na avaliação final do Sexto Programa de Ação da Comunidade Europeia em matéria do Meio Ambiente, que na sua grande totalidade, as ações previstas foram ou estão próximas de serem concluídas.

Percebe-se ainda, à medida que se confronta as sete estratégias temáticas identificadas no Sexto Programa de Ação da Comunidade Europeia em matéria do Meio Ambiente - Ar, Pesticidas, Prevenção e Reciclagem de Resíduos, Recursos Naturais, Solo, Ambiente Marinho e Ambiente Urbano – que elas foram desenvolvidas com vistas a reforçar as políticas.

Em face do posicionamento adotado, é fato que algumas estratégias implicam em novas políticas a serem implementadas, ao passo que outras incidem mais na revisão das medidas vigentes, logrando a melhora da coerência, trabalhando a concepção de sistema e fechando as lacunas específicas.

Especificamente o Programa serviu como referência, mas não foi possível estabelecer provas contundentes de que tenha constituído um fator dominante subjacente à adoção da legislação ambiental durante a última década, o que se explica, em parte, pela concepção do Sexto Programa de Ação da Comunidade Europeia em matéria do Meio Ambiente que continha um considerável número de ações, variáveis tanto em âmbito quanto em efeito.

Canotilho aponta para uma crise de reflexibilidade que:

"Pretende-se exprimir a impossibilidade de o sistema regulatório central gerar um conjunto unitário de respostas dotadas de racionalidade e coerência relativamente ao conjunto cada vez mais complexo e crescente de demandas ou exigências oriundas do ou constituídas no sistema social". (2003, p. 1347 - 1348)

As alternativas e os caminhos para a sustentabilidade e a operacionalidade do sistema de governança necessitam de uma coordenação integrada das ações, em diversos níveis e formas. Alguns instrumentos legislativos já contemplam a tendência. Os atuais atos normativos da União Europeia salientam a necessidade da implementação deste princípio.

No sentido jurídico-político é necessária a indagação: o que é a coerência? Por que, onde, quem, quando e como ela deve ser usada? Em termos gerais, o princípio tem versado sobre a articulação sistemática entre o ato em causa e todo o sistema político-jurídico.

Faz-se necessária essa estruturação porque os sistemas são mais complexos e diversificados e os novos processos de hibridação aumentam as exigências sociais. As esferas de poder organizatório transcendem ao poder estatal e necessitam ser coordenados e integrados por meio de ações coesas da rede de governança.

A assertiva pode ser compreendida como uma situação na qual todas as partes e ações do sistema estão bem juntas, conectadas, organizadas, de forma lógica e de fácil compreensão e clareza.

Para tanto, operar-se a governança na organização da sociedade, pelos mais diversos atores integrados para a consecução dos objetivos, mediante discussão, planejamento, execução e avaliação das políticas de forma clara, organizada, lógica, concatenada.

As instituições devem estabelecer como prioridade para a boa governança a implementação de modos estáveis e fortes de inter-relações coordenadas e estratégias sistêmicas. Para tanto, é imprescindível criar condições e caminhos para a efetivação das medidas.

A identificação das prioridades estratégicas e o cálculo da probabilidade de sucesso e falha são pontos essenciais para a posterior viabilidade exequível das medidas. A proporcionalidade deve ser articulada com a ideia de justa medida na condução dos assuntos da governança.

Trata-se de problemas os quais exigem um desenvolvimento sustentável, integrado e planejado, principalmente por meio de uma política que vise à intercorrelação entre todo o sistema e, ainda, privilegie os direitos fundamentais e humanos.

Assim, o contexto da boa governança requer a capacidade para estabelecer, implementar, monitorar e avaliar as ações. O primeiro passo é avaliar os resultados produzidos até o momento – aquilo que já está sedimentado – e fazer uma análise sobre o cenário atual.

Após, é necessário avaliar o que se deseja para o futuro – não só o reconhecimento da igualdade, mas também da diferença, por meio da afirmação dos direitos humanos, num ambiente ecologicamente equilibrado – e identificar de forma mais clara os seus objetivos a médio e longo prazo.

Entretanto nem tudo é fácil e simples. Ocorre, por exemplo, que o impacto das medidas e as previsões futuras são difíceis de serem mensuradas com precisão antes da implantação, devido a possibilidade de ocorrerem falhas. Nesse caso, a coerência deve atuar próximo do princípio da precaução no desempenho do seu papel, em termos de análise e gestão de risco destas questões.

Em segundo lugar, devem ser realizadas a monitoração e a avaliação constante, sucessiva e progressiva do desenvolvimento das políticas públicas. Posteriormente, a atenção deve ser voltada para o desenvolvimento de estratégias de integração e implementação de novas medidas, com a competente monitoração e avaliação.

A integração é um ponto chave para o sucesso do princípio da coerência. Entretanto, torna-se mais difícil com a diversidade e o aumento das esferas de poder. Para superar os obstáculos, a governança deve utilizar todos os instrumentos de integração e deve ser progressiva, com a participação de todos os atores e balanceada por todos os instrumentos necessários.

O sucesso da integração depende da coordenação dos atores e a utilização dos mecanismos de cooperação, compatibilidade, consistência e convergência.

O princípio da coerência comporta duas dimensões, conforme assevera Alexandra Aragão (2005), a dimensão formal, a qual pretende-se que seja demonstrada e visível para o público em cada medida política, e a dimensão substancial, a qual entende que a coerência de um ato mede-se pela melhor ou pior articulação do seu conteúdo com outros atos anteriores ou futuros.

A coerência formal deve estar presente no próprio ato político-jurídico, como forma de demonstração de sua justificação para com todos os envolvidos.

No aspecto substancial ou material está relacionada com a necessidade de que cada nova medida adotada se articule lógica e harmoniosamente com as anteriores, de acordo com os anseios futuros, criando energias positivas e evitando contradições, preconizado pelo Livro Branco.

Pode ser ordenada em coerência interna, relacional e sistêmica. Aragão (2005) divide a coerência substancial em interna ou vertical, externa ou horizontal e teleológica ou diagonal.

A classificação aqui proposta leva em consideração o ato específico e sua relação interna (aspecto interna), com os outros atos do mesmo setor ou área (aspecto relacional) e com todos os outros atos, notadamente na seara ambiental (aspecto sistêmico).

A coerência sistêmica pode ainda ser dividida em entre as esferas de poder (atores globais, regionais, nacionais, locais), sendo: teleológica (fins das políticas ambientais públicas); normativa (leva em consideração os instrumentos normativos constitucionais, legais, tratados internacionais e a regulação ambiental), integrativa (para a promoção de medidas de integração progressiva).

A interna refere-se à coesão, harmonia, lógica do ato em relação à sua gênese e aos seus propósitos no âmbito da mesma medida. Trata-se do primeiro estágio de verificação. A coerência é analisada de acordo com o conteúdo do ato e suas relações anteriores e futuras. No plano de fundo, implica a fundamentação do ato.

É articulada para que o ato seja completo, evitando tanto as lacunas como as antinomias. A coerência é analisada segundo critérios da necessidade, adequação, proporcionalidade, congruência, qualidade.

O aspecto interrelacional refere-se à coerência de um ato ou de uma medida em relação a outros atos ou medidas da mesma área ou setor. Estabelece-se o confronto

com as demais medidas em vigor e as perspectivas futuras (planejadas ou esperadas) dentro do espaço delimitado de abrangência

Por outro lado, a sistêmica relaciona-se aos fins gerais almejados pelo próprio sistema. A verificação da coerência do ato ou medida é realizada em comparação com todos os outros atos ou medidas, atuais ou futuros, de todos os sistemas (político, jurídico, social, econômico, ambiental).

O princípio da integração é fundamental para assegurar a coerência sistêmica. Ainda, a coerência sistêmica pode ser dividida em: entre as esferas de poder, teleológica, normativa e integrativa.

Quanto ao aspecto teleológica é aferida em relação aos fins amplos e gerais desejados para as políticas públicas, ou seja, os resultados positivos desejados. A verificação é realizada entre um ato ou medida concreta e os fins sociais gerais.

A relação entre a medida a adotar e os fins específicos da mesma política está no âmbito da eficácia e da eficiência, e não da coerência. Logo, o aspecto teleológico está fortemente relacionada com os resultados esperados e as futuras políticas.

Portanto, é por meio de planos, projetos, programas, planejamentos, prognoses, estratégias, táticas que se vai estabelecer o fio condutor de todos os setores das políticas públicas.

Conclusivamente, a articulação entre os níveis legislativos justifica uma nova teoria do centrismo plural da produção legislativa e obrigará fundamentalmente a uma coerência sistêmica dos ordenamentos constitucionais em rede com os outros níveis de emanção legislativa (supranacional, regional, local).

A coerência integrativa visa à promoção de medidas de integração progressiva, com a preservação das identidades ao mesmo tempo em que as aproxima da igualdade.

Por consequência deste estudo, lastreado no Livro Branco da Comissão Europeia sobre Governança, em sede dos princípios fundamentais ora explicitados, com ênfase na da coerência, verifica-se pelas propostas de seu cumprimento – dado o planejamento, efetiva-se importantes índices colhidos na avaliação final do Sexto Programa de Ação da Comunidade Europeia em matéria do Meio Ambiente.

CONCLUSÃO

Com o crescente avanço tecnológico e comercial pelo mundo, a humanidade testemunhou nas últimas décadas um crescente processo de integração nunca antes visto. Isso fez com que cada vez mais países almejassem o desenvolvimento econômico.

Ocorre que a busca pela ascensão econômica refletiu no meio ambiente, degradando-o de forma significativa, o que ensejou a instituição de diversos debates e o surgimento de medidas objetivando preservá-lo, haja vista sua essencialidade à vida humana no planeta.

Com o surgimento dos blocos econômicos, devido à maior integração entre países, passou-se a buscar a proteção ambiental de caráter supranacional, implicando assim, em novas diretrizes às políticas internas dos Estados-membros.

A União Europeia, com intuito de criar uma Europa sustentável, estabeleceu diversas políticas ambientais, às quais devem ser seguidas no âmbito interno dos Estados que a compõe.

Desta forma, a aplicação do princípio da coerência dentro do planejamento ambiental da União Europeia, pelas marcas deixadas pelo avanço insofismável da globalização dos mercados que corrobora as alterações nos padrões de produção e de consumo, visa, em essência, buscar o desenvolvimento sustentável, utilizando racionalmente os recursos naturais.

Dentre tantos fatores relevantes, cabe destacar que uma das consequências desses atuais padrões tem sido a multiplicação de programas em de preservação ambiental, a cada período correspondente ao Plano Marco.

Assim, entende-se que o cidadão europeu deve assumir a responsabilidade pela entrega destes resíduos de forma selecionada, conforme exigência previamente fixada em cada sistema comunitário.

Destarte, mesmo que haja um bom sistema normativo, ele nunca será bom o suficiente. Logo, caso não estabeleça sanção, quer seja pecuniária ou não, com base no aperfeiçoamento crescente da sensibilização pela educação ambiental e a dotação de meios humanos e materiais eficazes com base em políticas públicas, para fazer frentes a estes cumprimentos, existirá a possibilidade de descumprimento das diretrizes estabelecidas, o que pode gerar total ineficácia dos meios de proteção ambiental empregados no Estado.

MEIRA, Alexandre Augusto Fernandes e OLIVEIRA, Jeferson Sousa. Globalização: Aplicação Do Princípio Da Coerência No Planejamento Ambiental Da União Europeia. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Fernando Herren. **Direito Econômico: do direito nacional ao direito supranacional**. 5. ed. rev., atual. e. ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

ARAGÃO, Alexandra. A governancia na Constituição Europeia. Uma oportunidade perdida? In: Colóquio Ibérico: **Constituição Europeia – Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Francisco Lucas Pires**. Coimbra: Coimbra, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BENACCHIO, Marcelo. A regulação jurídica do mercado pelos valores do capitalismo humanista. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; MEZZARROBA, Orides. (coord.). **Empresa, sustentabilidade e funcionalização do direito**. v. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

BENACCHIO, Marcelo; VAILATTI, Diogo Basilio. Empresas transnacionais, globalização e direitos humanos. In: BENACCHIO, Marcelo (Coord.). **A sustentabilidade da relação entre empresas transnacionais e direitos humanos**. Curitiba: CRV, 2016.

BRITTO, Carlos Ayres. **O humanismo como categoria constitucional**. 1. ed. 3. reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7. ed., Coimbra: Almedina, 2003.

_____. **"Brançosos" e interconstitucionalidade. Itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional**. Coimbra: Almedina, 2006.

COMISSÃO EUROPEIA. Livro Branco sobre Governância Europeia. Bruxelas, 2001.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva. 2010.

CUNHA, Leandro Reinaldo da; DOMINGOS, Terezinha de Oliveira. A responsabilidade da empresa como garantia do desenvolvimento econômico e social. In: SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; MEZZARROBA, Orides. (coord.). **Empresa, sustentabilidade e funcionalização do direito**. v. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata, LEMOS JUNIOR, Eloy Pereira. A distribuição de competências no direito comunitário europeu e o Tratado de Lisboa: a questão das

MEIRA, Alexandre Augusto Fernandes e OLIVEIRA, Jeferson Sousa. Globalização: Aplicação Do Princípio Da Coerência No Planejamento Ambiental Da União Europeia. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

competências inominadas. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, XXI, 2012. Uberlândia. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI. Uberlândia: CONPEDI/Boiteux, 2012. p. 6185-6213.

FONSECA, Joao Bosco Leopoldino. **Direito Econômico**. 8. ed. rev. e atual – Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GUIMARAES, Bruna Araújo; SANTOS, Nivaldo Dos. O paradigma do desenvolvimento e do meio ambiente ao progresso empresarial. In: ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER **Constitucionalismo, economia e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: ESDH, 2017.

JÚNIOR, André Luiz Silveira de Lima. Avanços e retrocessos no desenvolvimento sustentável: da posição internacional brasileira à corrupção da finalidade do novo código florestal. In: ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER. **Filosofia e socioambientalismo e direitos humanos e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: ESDH, 2017.

MACHADO, Gabriel José L. B. S. C.. O neoconstitucionalismo socioambiental social. In: ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER (Org.). **Constitucionalismo, economia e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: ESDH, 2017.

MARCON, Victor Trevilin Benatti; SANTOS, Rafael Fernando dos. Ecocentrismo constitucional e a expansão da sustentabilidade para além da vida humana. In: CONPEDI/UNICURITIBA. **Direito ambiental e socioambientalismo I**. Florianópolis: CONPEDI, 2016.

MONTEIRO, Thiago Loures Machado Moura; CARVALHO, Vânia Ágda de Oliveira. A viabilidade econômica da sustentabilidade. In: ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER **Constitucionalismo, economia e desenvolvimento sustentável**. Belo Horizonte: ESDH, 2017.

NALINI, José Renato. Sustentabilidade e ética empresarial. In: SILVEIRA, Vladmir Oliveira da; MEZZARROBA, Orides. (coord.). **Empresa, sustentabilidade e funcionalização do direito**. v. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

RIBEIRO, Daniela Menengoti; OLIVEIRA, Jose Sebastiao de. Promoção e tutela dos direitos da personalidade pelas empresas transnacionais. In: BENACCHIO, Marcelo (Coord.). **A sustentabilidade da relação entre empresas transnacionais e direitos humanos**. Curitiba: CRV, 2016.

SAYEG, Ricardo Hasson; BALERA, Wagner. **O capitalismo humanista**. Petrópolis: KBR, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TAVARES, André Ramos. **Direito constitucional econômico**. 3. ed. São Paulo: Método, 2011.

MEIRA, Alexandre Augusto Fernandes e OLIVEIRA, Jeferson Sousa. Globalização: Aplicação Do Princípio Da Coerência No Planejamento Ambiental Da União Europeia. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano X, n. 17, jul/dez-2017. ISSN 2175-7119.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEINSTEIN, Michael M. **Globalization: what's new?**. New York: Columbia University Press. 2005.